**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

**Departamento de Ciências Econômicas**

Rafael Winalda Francisco Borges

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: panorama e perspectivas.**

**Belo Horizonte**

**2015**

Rafael Winalda Francisco Borges

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: panorama e perspectivas.**

Trabalho apresentado à disciplina de Organização Industrial, do Curso de Ciências Econômicas da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Orientador: Daniel Ítalo Richard Furletti

Belo Horizonte

2015

**Sumário**

**1 Introdução3**

**2 Panorama geral da indústria brasileira**.....................................................................................**4**

**3 Instrumentos de política industrial**............................................................................................**8**

**4 Programas** .................................................................................................................................**13**

**Referências**....................................................................................................................................**15**

**1 INTRODUÇÃO**

Historicamente, o setor industrial representou o motor do desenvolvimento econômico nas principais economias mundiais e, frequemente, é apontado como o fator que diferencia os países mais desenvolvidos dos países menos desenvolvidos. A inegável importância da indústria no crescimento sustentado de uma economia torna necessária a realização de políticas de promoção desse setor, o que usualmente é enfatizado pelos formuladores de política econômica, ocupando papel central nas pautas de desenvolvimento.

A despeito dessa realidade, a economia brasileira apresenta, a partir da década de 1980, um processo de desindustrialização evolutivo – iniciado com a crise do Estado e a incapacidade de investimento do setor público – e que não apresenta sinais de recuperação. Dessa maneira, o objetivo do presente trabalho é analisar a trajetória industrial brasileira a partir do processo recente de desindustrialização, apresentando um panorama geral da atual situação e perspectivas para o futuro.

**2 O PANORAMA GERAL DA INDÚSTRIA BRASILEIRA**

Conforme aponta Fernandez (2015), a importância da indústria no crescimento econômico é reconhecida na literatura, embora com graus de significância distintos de acordo com as diferentes vertentes teóricas. Na realidade, a condição histórica do setor industrial como propulsor do desenvolvimento nas principais economias capitalistas torna irrefutável sua posição como determinante nos processos de inovação tecnológica, aumento da produtividade, crescimento da riqueza, dentre vários outros. De maneira geral, a importância da indústria pode ser expressa em três características principais, as quais o autor explora: 1) a numerosidade de setores correlatos à produção industrial; 2) o grande potencial inovativo das atividades industriais; 3) a possibilidade que o setor oferece de maior acesso às divisas internacionais, o que reduz a dependência externa de um país.

Em primeiro lugar, a produção industrial envolve uma grande quantidade de setores econômicos, participantes (direta ou indiretamente) da cadeia produtiva, o que aumenta o efeito multiplicador desse setor na economia como um todo. De maneira geral, a produção de bens industriais utiliza uma grande variedade de insumos, advindo do principalmente do setor primário (o efeito *backward*), e demanda uma grande variedade de serviços pós-fabricação, advindos do setor terciário (o efeito *forward*). Portanto, a indústria representa o intermédio natural entre os setores primário e terciário, apresentando relação de proximidade com ambos. Assim, o setor industrial torna-se, naturalmente, um setor estratégico no desenvolvimento econômico, na medida em que um crescimento de sua produção impacta, em grande medida, várias atividades econômicas envolvidas no processo de fabricação.

Em segundo lugar, a indústria é um ambiente fértil para inovação e difusão tecnológica, fatores fundamentais para o crescimento sustentado da produção e renda no longo prazo. Isso porque, no âmbito industrial, atua com intensidade o elemento *learning by doing*, que implica que a produtividade da mão-de-obra cresce com a própria experiência de trabalho. Interessante observar nesse ponto que o efeito *learning by doing* já havia sido observado por Adam Smith em seu estudo sobre o processo de divisão do trabalho, em que o autor afirmava que a repetição das tarefas aumentava a destreza do trabalhador e aumenta as chances de inovação dos processos produtivos. Com isso, impulsionados por esse efeito, as atividades industriais são vistas um gerador de novas tecnologias, que podem ser difundidas para o restante da sociedade.

Por fim, a indústria representa uma alternativa à restrição de divisas internacionais, problema frequente em economias agrário-exportadoras. Conforme aponta Fernandez (2015), economias baseadas no setor primário apresentam dificuldade de acumular divisas no longo prazo, na medida em que a elasticidade-renda de sua base exportadora é baixa – isto é, quando a renda mundial cresce, as exportações crescem em menor proporção. Por outro lado, o setor terciário – de serviços – envolve, majoritariamente, a produção de bens não transacionáveis, embora haja tendência de internacionalização de algumas atividades do terceiro setor. Com isso, o setor industrial, por se tratar de bens comercializáveis de maior elasticidade- renda, torna-se um importante elemento na redução das restrições às divisas internacionais.

A despeito da grande importância do setor industrial para o desenvolvimento econômico, a economia brasileira caminha em um processo recente de desindustrialização, que não apresenta sinais de recuperação. Conforme pode-se observar pelos gráficos, o Brasil passa por um processo recente de desaceleração da produção e emprego industrial:

Fonte: IBGE (2015)

Fonte: IBGE (2015)

Na realidade, conforme analisa Fernandez (2015), a desindustrialização no Brasil é evidenciada tanto pela redução do emprego industrial em relação ao emprego total da economia, quanto pela redução do produto industrial em relação ao produto total, processos que se intensificaram a partir do final da década de 1980. Na realidade, a economia brasileira vivenciou um período de crescimento industrial entre a década de 1950 e o início da década de 1980, favorecido pelos projetos governamentais de industrialização, sobretudo o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, e pelo Plano Nacional de Desenvolvimento I e II, realizado durante o regime militar (LACERDA et al, 2013). Ademais, esse contexto de crescimento industrial brasileiro foi favorecido pelo próprio crescimento econômico mundial, pós-Segunda Guerra, com a recuperação das economias européias atingidas nos conflitos, através do Plano Marshall, caracterizado pela alta liquidez no mercado internacional (através, também, dos chamados petrodólares), o que favoreceu a entrada de capital externo nas economias latino americanas. No decorrer da década de 1980, a crise do Estado brasileiro, com elevados déficits fiscais e hiperinflação, juntamente com a queda da liquidez externa, geraram um forte impacto negativo sobre os investimentos industriais, iniciando o processo de enfraquecimento da indústria no Brasil, tal que não se reverteu no decorrer do período seguinte.

De acordo com Fernandez (2015), esse processo de desindustrialização na economia brasileira apresenta um caráter negativo, isto é, além da queda relativa da indústria nos indicadores de emprego e produto (e a reprimarização da pauta exportadora), o país vivenciou uma redução da participação de produtos com maior valor agregado [[1]](#footnote-1). Isso, segundo o autor, é evidenciado no aumento do coeficiente de exportação dos setores primários, principalmente as atividades de extração mineral, e na queda do coeficiente de exportação dos setores de indústria da transformação, principalmente os subsetores intensivos em tecnologia, juntamente com o aumento do coeficiente de insumos importados, também mais intenso nos setores tecnológicos. Em outras palavras, o Brasil aumentou a participação relativa de produtos primários em sua pauta de exportação, reduzindo a participação de produtos industrializados, principalmente os de maior valor agregado. Adicionalmente, aumentou-se a quantidade de insumos importados na fabricação industrial.

O processo de desindustrialização no Brasil pode encontrar explicação em diversas variáveis. Essas explicações são o objeto estudado no capítulo seguinte, onde será realizada uma exposição dos principais meios de política industrial, como o Brasil tem se utilizado deles e por que não consegue apresentar avanços nesse setor.

**3 INSTRUMENTOS DE POLÍTICA INDUSTRIAL**

Normalmente aponta-se que o Brasil não apresenta uma estratégia de política industrial eficiente, caso contrário não ocorreria o progresso da desindustrialização. Hay (1997) aponta alguns instrumentos que poderiam ser utilizados como estimulantes da indústria, que se dividem em dois grupos: políticas horizontais, que afetam o setor industrial como um todo; e políticas verticais, direcionadas a um mercado industrial específico.

Dentre as políticas mais gerais, que atingem o setor industrial como um todo, boa parte das iniciativas sugeridas por Hay (1997) refere-se a políticas regulatórias, como forma de minar as ineficiências geradas por falhas de mercado. Dessa forma, propõe-se um conjunto de instrumentos regulatórios como meio de política industrial: políticas de concorrência e medidas antitruste; regulação de monopólios naturais; regulação das assimetrias e melhor difusão da informação; proteção ao consumidor e certificação; dentre outras. Conforme explorado pela teoria econômica, a regulação dos mercados contra ineficiências geradas por monopólios, informação assimétrica, mau uso dos bens públicos, externalidades e outras falhas dessa natureza, é tida por boa parte da literatura como dever do Estado, de maneira a garantir um melhor bem-estar econômico. Ao garantir melhor eficiência, torna-se, também, um instrumento de melhoria das atividades produtivas, em se destaca o setor industrial.

No caso brasileiro, a fragilidade institucional dificulta uma regulação eficaz do Estado sobre a dinâmica dos mercados. Isso fica evidenciado por Gama e Ruiz (2006), ao analisarem a eficiência do CADE nas políticas anti-trustes:

(...) falta de informação, aliada à falta de operacionalidade de alguns conceitos-chave econômicos para a análise antitruste, levam à adoção de uma práxis de defesa da concorrência muitas vezes afastada da teoria econômica, mesmo dos seus procedimentos mais convencionais e menos complexos. Em suma, essa práxis significa uma aplicação da teoria antitruste pelos órgãos de defesa econômica de forma heterogênea e fragilizada. A aplicação heterogênea e pouco rigorosa da teoria antitruste pelo órgão responsável pela defesa da concorrência no Brasil tem uma conseqüência importante: a criação de uma jurisprudência antitruste nacional. A consolidação de uma jurisprudência é resultado de uma práxis antitruste, uma política específica que visa a prevenir colusões entre firmas e abusos de poder econômico. Assim, é necessário que a política antitruste se consolide no Brasil através da aplicação pelo SBDC (Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência), sobretudo pelo CADE, da teoria econômica e seus preceitos para avaliação de atos de concentração e práticas restritivas, a fim de se construir uma jurisprudência nacional e inserir o Brasil no rol de países industrializados capazes de promover uma efetiva, pública e balizada regulação econômica. (GAMA; RUIZ, 2006, p. 256)

Em suma, a defesa da concorrência e políticas regulatórias ainda apresentam desvios significativos em relação às necessidades econômicas, o que acaba por gerar uma ineficiência dos órgãos reguladores em garantir o bom funcionamento do mercado e o melhor bem-estar social.

Ainda a respeito das políticas industriais horizontais, Hay (1997) apresenta um conjunto de medidas fiscais que, além dos incentivos tradicionais de isenção de impostos e promoção de subsídios, envolvem a melhoria nas fontes de financiamento e o incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Conforme aponta Fernandez (2015), a utilização das tradicionais políticas fiscais – isenções, desonerações, subsídios - tem sido a forma mais usual de política industrial realizada no Brasil. Recentemente, essas medidas estiveram dentre os principais meios estratégicos para se amenizar o efeito das crises externas sobre a economia brasileira, iniciadas a partir da crise do subprime estadunidense. No geral, essas medidas apresentam um efeito mais direto e de curto prazo sobre as atividades produtivas, mas podem gerar efeitos perversos sobre o equilíbrio orçamentário do setor público, situação bem ilustrada no caso brasileiro.

No que se refere às fontes de financiamento, Cintra (2006) atenta para o papel pouco expressivo do setor bancário como fonte de política industrial, o que se expressa em dois aspectos. Em primeiro lugar, o autor demonstra que a expansão do crédito na economia brasileira no decorrer da década de 2000, favorecida por um contexto de grande liquidez na economia internacional e superávits no Balanço de Pagamentos brasileiro, destinou-se principalmente às famílias, como forma de dar suporte ao modelo de crescimento nacional baseado no consumo. Ao contrário, o crédito para o setor privado industrial obteve um retração nesse período. Assim, o sistema de financiamento do setor industrial na economia brasileira ainda apresenta debilidades – tanto pelas altas taxas de juros, quanto pelos prazos inadequados, entre outros problemas - que funcionam como barreiras ao desenvolvimento do setor industrial. Em segundo lugar, os bancos privados nacionais, em períodos de contração da renda, reduzem a oferta de crédito em troca de aplicações financeiras mais seguras e que apresentem uma rentabilidade razoável. Esse comportamento comumente intensifica o processo de desaceleração econômica, na medida em que geram efeitos perversos como queda no financiamento, aumento da inadimplência, retração do consumo, entre outros. Exatamente por isso, demonstra o autor, em períodos de recessão econômica aumenta-se a participação do setor público na oferta de crédito e financiamento, como forma de executar políticas de crédito anticíclicas. Evidentemente, além do aumento da dívida pública via setor bancário, essas instituições não comportam toda demanda de crédito necessária.

Em relação aos gastos em P&D, dados apresentados por Jensen, Menezes-Filho e Sbragia (2004) indicam que o Brasil, assim como economias emergentes e subdesenvolvidas, despende muito menos recursos em relação aos países mais desenvolvidos. Dessa maneira, mitiga-se a capacidade social de criação e inovação, o que implica em constantes deteriorações dos termos de troca, ao afetar diretamente a produtividade relativa dos trabalhadores e capital. Nesse sentido, aponta Fernandez (2015), no que se refere ao setor industrial, o Brasil apresenta uma das menores produtividades do trabalhador médio, quase seis vezes menor que o trabalhador estadunidense, cinco vezes menor que o italiano e o francês, quatro vezes menor que o japonês, estando, inclusive, atrás de economias menores como o Peru e a Venezuela.

Além do conjunto de políticas industriais horizontais apontadas por Hay (1997), pode-se acrescentar, também com alcance geral, a gestão da taxa de câmbio – instrumento natural de política industrial – e os investimentos em infraestrutura. No que se refere à taxa de câmbio, Cunha, Lélis e Prates (2008) apontam para uma subordinação das políticas cambiais ao regime de metas da inflação. Segundo os autores, a taxa câmbio, desde a adoção do regime flutuante, que na prática apresenta-se como um regime flutuante sujo (com intervenções constantes do Banco Central do Brasil), não tem sido utilizada para garantir a competitividade dos bens industriais brasileiros frente à concorrência externa. Ao contrário, o objetivo implícito da gestão cambial tem sido garantir que a volatilidade da taxa de câmbio não comprometa o regime de metas da inflação- dado o alto *pass-through* apresentado na economia brasileira, isto é, o alto repasse da desvalorização do real sobre os preços internos. Com isso, segundo os autores, há uma subordinação clara, porém implícita, da política cambial a política monetária. Assim, perde-se o instrumental cambial, tradicionalmente relevante, como meio de executar políticas industriais.

Em relação ao investimento em infraestrutura, Fernandez (2015) argumenta que a competitividade do setor industrial perpassa pela qualidade dos serviços básicos necessários ao bom funcionamento das atividades produtivas. Segundo a concepção do autor, infraestrutura refere-se ao conjunto de ativos-base (os quais incluem transportes, comunicação, energia e saneamento), essenciais para o desenvolvimento não apenas do setor industrial, mas do conjunto da economia[[2]](#footnote-2). Assim, por fornecer as condições necessárias ao abastecimento, produção e distribuição, a qualidade dos serviços de infraestrutura afeta intensamente a estrutura de custos das empresas, sendo determinante no grau de competitividade dos bens e serviços. No Brasil, segundo o autor, a infraestrutura precária constitui uma forte barreira ao desenvolvimento econômico, apresentando enorme peso sobre o preço dos bens industriais, de forma que, os custos de transação relacionados à má qualidade da infraestrutura recaem mais sobre o preço que as próprias barreiras alfandegárias.

Além das políticas industriais horizontais, há também o conjunto de políticas verticais, que têm um impacto mais relevante sobre um mercado industrial específico. Hay (1997) indica que políticas dessa natureza, geralmente, são realizadas diante de dois contextos típicos: 1) quando determinado setor, de maneira específica, requer ajustes e reestruturação; 2) quando há a possibilidade de desenvolvimento de uma indústria que ainda está em estágio embrionário, conhecidas como indústrias incipientes ou nascentes.

O primeiro contexto, quando um setor específico necessita de condições para se ajustar, ou até mesmo se reestruturar, aponta para necessidade de políticas públicas que proporcionam aos agentes envolvidos um tempo para que se adaptem às novas condições impostas pelo mercado. Cabe ressaltar que, nesse caso, a indústria específica não deve, necessariamente, estar em processo de falência, podendo apresentar um bom funcionamento de seu mercado (HAY, 1997). No entanto, esse contexto geralmente envolve processos discricionários, tais como choques adversos ou mudanças tecnológicas, que exigem capacidade e tempo de adaptação dos participantes. A necessidade de políticas públicas se dá pelo risco de impacto dos ajustes bruscos sobre o nível de emprego e capital no mercado em questão, o que justificaria uma intervenção governamental, principalmente através de incentivos fiscais, para evitar uma situação de maior desequilíbrio ou esfacelamento industrial.

Por sua vez, o segundo contexto, de políticas direcionadas às indústrias nascentes, envolve um extenso e antigo embate ideológico, a respeito da questão se um país deve ou não praticar políticas industriais de incentivo a indústrias nascentes e quais os melhores mecanismos para isso (CARVALHO,2007). O ponto de divergência, na realidade, é mais significativo sobre quais as melhores formas de se desenvolver uma indústria nascente, visto que grande parte das políticas apresenta um caráter protecionista, que segundo parte da literatura, seria danoso ao bem-estar socioeconômico. Empiricamente, no entanto, a proteção à indústria nascente foi prática comum nos países industrializados como um todo, conforme aponta Chang (2004). Segundo o autor, sobretudo setores industriais que atualmente apresentam um alto valor agregado na cadeia produtiva – indústrias de software, hardware e outros componentes tecnológicos, indústria automotiva, indústria eletrônica, dentre várias outras - foram alvo de intensas praticas protecionistas, dos mais variados países, com intuito de eliminar a concorrência externa e incentivar o desenvolvimento industrial.

No Brasil, o próprio progresso industrial se deu a partir da adoção de um modelo baseado na substituição das importações. O argumento da indústria nascente justificou diversas medidas de proteção aos setores internos, de modo que o desenvolvimento industrial brasileiro desenvolveu-se como um modelo “geneticamente voltado para dentro” (ROSELINO, 2006). Dentre essas medidas, notadamente protecionistas, consta a imposição dos mais diversos tipos de barreiras comerciais, que passam por altas tarifas alfandegárias, desvalorização da taxa de câmbio, barreiras técnicas, entre outras. As consequências do modelo adotado podem ter diferentes interpretações e formas de análise. O fato é que o Brasil atingiu certo grau de industrialização, principalmente influenciado por políticas públicas, mas que tem apresentado retração a partir da perda de capacidade de investimento da economia brasileira.

Dessa forma, pode-se observar que os instrumentos de política industrial no Brasil, no geral, apresentam debilidades, o que os tornam ineficazes para impedir um recente processo de desindustrialização. No capítulo seguinte, será feita uma exposição sobre os programas recentes utilizados pelo governo a fim de incentivar o desenvolvimento industrial.

**4 PROGRAMAS**

**4.1 Politica Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE)**

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (Pitce) foi lançada em 31 de março de 2004, com o objetivo de fortalecer e expandir a base industrial brasileira por meio da melhoria da capacidade inovadora das empresas. Concebida a partir de uma visão estratégica de longo prazo, a Pitce teve como pilar central a inovação e a agregação de valor aos processos, produtos e serviços da indústria nacional.

A Pitce atuou em três eixos: linhas de ação horizontais (inovação e desenvolvimento tecnológico, inserção externa/exportações, modernização industrial, ambiente institucional), setores estratégicos (software, semicondutores, bens de capital, fármacos e medicamentos) e em atividades portadoras de futuro (biotecnologia, nanotecnologia e energias renováveis) (ABDI, 2015).

**4.2 Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP)**

Dando Continuidade à Pitce, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) foi instituída pelo Governo Federal em 2008, com o objetivo de fortalecer a economia do país, sustentar o crescimento e incentivar a exportação, e teve como princípios norteadores o diálogo com o setor privado e o estabelecimento de metas, necessário ao seu permanente monitoramento.
 Elaborada sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em parceria com os ministérios da Fazenda e da Ciência e Tecnologia – além de instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) -, a PDP apresentou quatro macrometas que visavam acelerar o investimento fixo, estimular a inovação, ampliar a inserção internacional do Brasil e aumentar o número de micro e pequenas empresas exportadoras. (ABDI, 2015).

O Plano Brasil Maior constitui a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior do governo Dilma Rousseff para o período de 2011 a 2014. Com foco no estímulo à inovação e à competitividade da indústria nacional, estabelece as diretrizes para a elaboração de programas e projetos em parceria com a iniciativa privada.

De saída, o Plano propõe uma série de medidas orientadas à desoneração dos investimentos e das exportações, à ampliação do financiamento e aperfeiçoamento do marco regulatório da inovação, ao crescimento de micro e pequenos negócios, ao fortalecimento da defesa comercial, ao aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento e garantias às exportações, à ampliação e criação de regimes especiais para adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor e à regulamentação da estratégia de compras governamentais (ABDI, 2015). Ao mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer, o Plano busca aproveitar competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade, construindo um país mais próspero e inclusivo.

O Plano Brasil Maior integra instrumentos de vários ministérios e órgãos do Governo Federal cujas iniciativas e programas se somam num esforço integrado e abrangente de geração de emprego e renda em benefício do povo brasileiro.

As seguintes as orientações estratégicas direcionam as ações do Plano Brasil Maior:

* Promover a inovação e o desenvolvimento tecnológico;
* Criar e fortalecer competências críticas da economia nacional;
* Aumentar o adensamento produtivo e tecnológico das cadeias de valor;
* Ampliar mercados interno e externo das empresas brasileiras;
* Garantir um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável.

A indústria brasileira passa por momentos conturbados no atualmente. Um dos aspectos mais marcantes do atraso no desenvolvimento econômico, e por extensão no desenvolvimento social no Brasil tem sido o fraco desempenho da indústria de transformação nas últimas três décadas. Esse fato reflete as dificuldades de várias ordens que o país passou a enfrentar a partir da década de 1980 para fazer política industrial. Em meados das décadas de 1980 e 1990 diversos documentos oficiais de política industrial foram elaborados, alguns até chegaram a ser anunciados, mas acabaram não sendo efetivamente implementados.

O governo atualmente conta com Plano Brasil Maior que tem como foco o estímulo à inovação e à competitividade da indústria nacional, estabelecendo as diretrizes para a elaboração de programas e projetos em parceria com a iniciativa privada.

**Referências**

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Dez anos de política industrial: balanço e perspectivas, 2014-2014**. Boletim de Conjuntura Industrial. 2015

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da. **Economia internacional**. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007. xiii, 327 p.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004. 266 p.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **A reestruturação patrimonial do sistema bancário brasileiro e os ciclos de crédito entre 1995 e 2005**. Política Econômica em Foco, n. 7, nov.2006

CUNHA, André M; LÉLIS, Marcos Túlio C; PRATES, Daniela M. **A gestão do regime de câmbio flutuante no Brasil**. Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia. Salvador: Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia, 2008. Disponível em < http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211144430-.pdf> Acesso em 15 novembro 2015.

FERNANDEZ, Marwill Jhonatan Dávila. **Desindustrialização e o investimento em infrestrutura no Brasil como instrumento conciliador de uma política industrial base no Brasil**. Revista de Economia Política, vol.35, n.3 (140), p576-600, jul/set. 2015.

GAMA, Marina Moreira da; RUIZ, Ricardo Machado. **A práxis antitruste no Brasil: uma análise do CADE no período 1994-2004**. Economia e Sociedade, Campinas, v.16, n.2, p.233-258, ago/2007.

HAY, Donald A. **Política Industrial no Brasil: um quadro de referência**. Planejamento de Políticas Públicas, n.16, dez/1997. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/118/119>> Acesso em 10 novembro 2015.

JENSEN, Juan; MENEZES-FILHO, Naércio; SBRAGIA, Roberto. **Os determinantes dos gastos em P&D no Brasil**: uma análise com dados no painel. Estatística Econômica, São Paulo v.34, n.4, p.661-691,out/dez 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ee/v34n4/v34n4a02> Acesso em 19 novembro 2015.

LACERDA, Antônio Corrêa de et al. **Economia brasileira**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. xii, 299 p.

ROSELINO, José Eduardo. **A indústria de software: o “modelo brasileiro” em perspectiva comparada.** 2006. 228f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas.

1. A desindustrialização positiva ocorre quando a queda relativa da indústria é acompanhada pelo aumento da participação de produtos de maior valor agregado, com maior conteúdo tecnológico – como o caso de várias economias desenvolvidas. [↑](#footnote-ref-1)
2. No Brasil, por exemplo, os problemas de infraestrutura afetam também setores primários, como a extração mineral e a agropecuária. [↑](#footnote-ref-2)